



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2010

**ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 04 DE MARÇO DE 2010**

N.º 04/2010



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

**ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VALONGO REALIZADA NO DIA QUATRO
DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZ**

No dia quatro de Março do ano dois mil e dez, nesta cidade de Valongo, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente	Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo
Vice – Presidente	Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar
Vereadores	Dra. Maria Trindade Morgado do Vale
	Dr. Arnaldo Pinto Soares
	Dr. José Luís da Costa Catarino
	Dra. Luísa Maria Correia de Oliveira
	Dr. José Joaquim da Silva Miranda
	Dra. Maria José Baptista de Moura Azevedo
	Dr. José Pedro Paupério Martins Panzina

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara quando eram dez horas e quinze minutos.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi justificada a falta do Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, cumprimentando os presentes. Pelo Senhor Presidente da Câmara foi posta à admissão um voto de pesar pelas vítimas da intempérie na Madeira.

Admitido por unanimidade.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, cumprimentando os presentes. Disse o Senhor Vice-Presidente que no sábado anterior, dia 27 de Fevereiro, tinha havido uma intempérie que tinha afectado todas as freguesias do concelho, com menor incidência na freguesia de Alfena, verificando-se situações de maior gravidade na freguesia de Ermesinde.

Disse que em Ermesinde, parte do telhado da escola da Bela tinha sido arrancado pelo vento, provocando problemas em toda a escola, nomeadamente na parte nova que estava a ser construída, e que na Rua Nova do Espinheiro o vento tinha arrancado o telhado de uma habitação, provocando sérios danos em algumas habitações, não tendo, no entanto, havido qualquer acidente de pessoal digno de registo.

Agradeceu o Senhor Vice-Presidente a disponibilidade e prontidão demonstrada por cerca de quarenta funcionários da Câmara Municipal que tinham respondido a todas as solicitações, tendo o seu desempenho sido reconhecido pelas Corporações de Bombeiros presentes no local. Disse, ainda, o Senhor Vice-Presidente que as corporações de Bombeiros tinham estado em alerta, tendo feito um trabalho meritório, actuando de forma coordenada e eficaz, acrescentando que pelo facto de ter havido uma intervenção rápida por parte da Protecção Civil e das corporações de bombeiros, os danos provocados pelo temporal tinham sido minorados.

Informou o Senhor Vice-Presidente que o Senhor Presidente da Câmara tinha procedido à nomeação do Comandante Operacional Municipal e que estava a ser preparado o regulamento da Protecção Civil, bem como a instalação da Comissão Municipal de Protecção Civil. Mais disse o Senhor Vice-Presidente que seria alocado um número verde à Protecção Civil, que durante o dia teria atendimento directo na Câmara Municipal e que fora do horário de atendimento seria reencaminhado para um telemóvel.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, cumprimentando os presentes.

Elogiou o Senhor Vereador a prontidão e disponibilidade demonstrada pelos funcionários da Câmara, que, disse, tinha contribuído para minorar os efeitos do temporal, quer em termos humanos, quer em termos de equipamento. Disse o Senhor Vereador que em virtude do temporal, a Escola da Bela tinha ficado sem telhado, inviabilizando o funcionamento de nove salas de aula e que no dia seguinte à intempérie, (domingo pela manhã), quer ele, quer os técnicos da Câmara Municipal tinham estado no local a programar os trabalhos de reconstrução da escola. Mais disse o Senhor Vereador que no próprio dia da



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

intempérie, a Senhora Vereadora responsável pela Educação, Dr.^a Trindade Vale, conjuntamente com o Conselho Executivo, tinha programado a reorganização da escola, contactando todos os pais das crianças que frequentavam a escola, acrescentando o Senhor Vereador que a Senhora Vereadora tinha feito um trabalho de excelência. Mais informou o Senhor Vereador que na segunda-feira, dia 01 de Março, tinha reunido com os técnicos da Câmara, com o empreiteiro e com os projectistas e sido iniciados os trabalhos de recuperação do telhado da cantina e de divisão do polivalente, para que pudesse novamente funcionar como sala de aula, de forma a que na segunda-feira seguinte (08 de Março) a escola pudesse funcionar. Referiu o Senhor Vereador que os funcionários da Câmara tinham tido uma actuação de excelência, quer no dia da intempérie, quer nos dias subsequentes, o que permitiria que a escola estivesse em condições de funcionar no início da semana seguinte.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que o Fórum Cultural de Ermesinde tinha também tido prejuízos que estavam a ser avaliados, tendo sido accionados os respectivos seguros.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.^a Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que no dia da intempérie tinha reunido com o Conselho Directivo da escola da Bela, tendo informado os pais das crianças de nove turmas do que tinha acontecido na escola e pedido que ficassem tranquilos, pois no dia 08 de Março as crianças regressariam à escola, acrescentando a Senhora Vereadora que os pais das crianças tinham acolhido muito bem a informação que lhes tinha sido prestada.

Disse a Senhora Vereadora que o pré-escolar estava a funcionar sem problemas, que seis turmas do 1.º ciclo ficariam a funcionar na escola da Bela, e três iriam para a escola de Sampaio. Informou a Senhora Vereadora que os transportes seriam assegurados e que já tinha reunido com os pais das crianças que seriam deslocadas, não tendo sido colocado qualquer problema. Mais disse a Senhora Vereadora que as crianças ficariam em segurança e que a escola de Sampaio tinha uma nova cantina, que tinha sido aberta na terça-feira anterior.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Miranda**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que, como cidadão, congratulava-se com a atitude tomada pela Câmara Municipal relativamente à segurança e que era de reconhecer a celeridade e a preocupação pela competência, uma vez que o técnico que tinha sido nomeado para assumir as funções de Comandante Operacional reunia as condições indispensáveis ao exercício do cargo, tendo sido, disse, uma nomeação pela competência.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que tinha informação que o Plano de Actividades da Câmara estava a ser elaborado e que tinha sido proposto pelo Partido Socialista que fossem ouvidos os grupos representados na Câmara e na Assembleia Municipal, assim como algumas instituições com significado no concelho, perguntando o Senhor Vereador qual o ponto da situação em que se encontrava o documento.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Mudando novamente de assunto, disse o Senhor Vereador que estava preocupado com a situação de uma pequena indústria localizada na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, em Alfena, assunto que estava a ser tratado havia nove anos. Disse o senhor Vereador era difícil de justificar que não havia suspeição de corrupção naquele processo, acrescentando que a Câmara estava preocupada na elaboração de um plano anti-corrupção, mas que havia pequenos assuntos como o daquele estabelecimento que continuavam por ser resolvidos. Mais disse o Senhor Vereador que havia leis para resolverem aquele processo, que deveria ser decidido com a maior brevidade, acrescentando que se o executivo resolvesse a situação em nove semanas, teria a confiança de todos os munícipes. Disse, ainda, que num tempo em que o dinheiro escasseava para as grandes obras, seria necessário resolver os pequenos problemas que, muitas vezes, eram grandes problemas, e que não tinha a mínima dúvida de que o assunto seria tratado com a maior celeridade e as pessoas envolvidas ficariam tranquilas.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.^a Maria José Azevedo**, perguntando durante quanto tempo as crianças da escola da Bela seriam deslocadas para outras escolas e se estava assegurado o seu transporte.

Disse a Senhora Vereadora que o processo de concurso da escola da Bela tinha sido chumbado pelo Tribunal de Contas, perguntando qual o ponto em que se encontrava e quais as consequências que haveria para a Câmara tal chumbo, uma vez que o processo tinha sido aprovado por todos os membros da Câmara.

Mudando de assunto, disse a Senhora Vereadora que na escola do Barreiro, em Alfena, tinha caído uma grua, perguntando se tinha sido feita alguma averiguação às causas que tinham originado aquele acidente, uma vez que, disse, a Câmara tinha que ter a preocupação de garantir a segurança das obras e das crianças que frequentavam a escola.

Mais disse a Senhora Vereadora, que na escola da Codiceira, em Alfena, a vedação tinha caído, perguntando a Senhora Vereadora se tal vedação tinha sido repostada. Acrescentou que o recreio da escola da Cabeda era pequeno e que obrigava a que as crianças tivessem de brincar à vez, perguntando se aquela situação seria acautelada.

Mudando de assunto, disse a Senhora Vereadora que o Senhor Professor Paulo Pinho tinha anunciado que em Janeiro de 2010 a revisão do Plano Director Municipal passaria para outra fase, no entanto, disse, o mês de Março já estava a decorrer e ainda não tinha havido qualquer notícia relativamente aquela matéria, pedindo a Senhora Vereadora que o Senhor Presidente da Câmara promovesse a realização de uma reunião entre o Executivo Municipal e o Senhor Dr. Paulo Pinho, de forma a que os membros da Câmara fossem informados do andamento do processo.

Mudando novamente de assunto, perguntou a Senhora Vereadora se os Conselhos Municipais do Ambiente, da Segurança e da Educação tinham já reunido, qual a periodicidade das reuniões e quais as decisões tomadas. Disse a Senhora Vereadora que tinha ideia que no mandato anterior o Conselho Municipal de Segurança não tinha funcionado, acrescentando que o papel do Conselho Municipal de Segurança era fundamentalmente preventivo, fazendo todo o sentido reunisse.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que no dia 1 de Março de 2010, através do despacho n.º 08/GP/2010, o Senhor Presidente da Câmara tinha nomeado o engenheiro mecânico, Delfim Manuel Sousa Cruz, Comandante Operacional Municipal de Valongo, referindo no despacho que o seu perfil e experiência “enquadravam-se nos objectivos pretendidos” para a nomeação. Disse o Senhor Vereador que os eleitos pela Coragem de Mudar congratulavam-se com a nomeação de um Comandante Operacional, pois, disse, fazia falta alguém para o cargo. Referiu o Senhor Vereador que os eleitos pela Coragem de Mudar confiavam absolutamente na nomeação feita, pois acreditavam que a pessoa nomeada tinha competência para o exercício das funções. Porém, disse, os eleitos da Coragem de Mudar não queriam prescindir de conhecer um pouco o perfil do novo Comandante Operacional Municipal, perguntando se aquele tinha algum vínculo com a Câmara Municipal.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que no mandato anterior tinha sido aprovado pela maioria da Câmara um projecto para um empreendimento localizado junto ao nó de Transleça, em Alfena, numa zona para a qual o PDM não permitia nenhum tipo de construção, uma vez que se tratava de uma zona de reserva ecológica e de produção florestal e que, posteriormente, o projecto tinha sido enviado à Comissão de Coordenação da Região Norte que tinha reprovado a instalação do empreendimento junto ao Nó de Transleça, na A41.

Disse o Senhor Vereador que dois dias antes da reunião de Câmara tinha ido ao local e verificado que havia uma grande movimentação de terras e que a dimensão da intervenção no território abrangia muitas dezenas de hectares, havendo um grande número de máquinas pesadas em movimento, acrescentando o Senhor Vereador que o estaleiro instalado era constituído por cinco edifícios e que, apesar de ter procurado, não tinha encontrado qualquer placa que indicasse o tipo de obra que estava a ser feita, o que, disse, significava que enquanto não se identificasse a obra como legalizada, a intervenção era clandestina.

Mais disse o Senhor Vereador que os eleitos pela Coragem de Mudar pretendiam saber que tipo de obra estava a ser feita no local e se a comissão de Coordenação da Região Norte tinha alterado a sua posição, autorizando os trabalhos, e se a obra estava licenciada, uma vez que não estava afixada a placa de obra, o que era obrigatório por lei.

Mudando de assunto, disse o senhor Vereador que na Serra da Santa Justa, a ponte, havia uma grande área que estava sem qualquer tipo de árvores ou vegetação, perguntando o Senhor Vereador se estava prevista algum tipo de intervenção, nomeadamente reflorestação.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que a zona da Santa Justa que estava sem vegetação seria alvo de reflorestação, uma vez que tinha havido acordos, nomeadamente com o Ministério do Ambiente, para reflorestar áreas ardidas.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que a pessoa nomeada para Comandante Operacional Municipal era funcionário da Câmara Municipal, engenheiro, e Comandante dos Bombeiros de Baltar.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Apresentou o Senhor Presidente da Câmara o curriculum do Comandante Operacional Municipal, Eng.º Delfim Manuel dos Sousa Cruz, cujo teor se transcreve:

- ♦ “Mestrado em Administração Pública e Licenciatura em Engenharia Mecânica;
- ♦ Técnico Superior da Câmara Municipal de Valongo;
- ♦ Chefe da Divisão de Transportes e Oficinas Auto, da Câmara Municipal de Valongo, de 23 de Outubro de 1996 a 19 de Maio de 2003;
- ♦ Director do Departamento Municipal de Serviços Urbanos, da Câmara Municipal do Porto, de 20 de Maio de 2003 a 10 de Agosto de 2006;
- ♦ Curso de Defesa Nacional 2001, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional;
- ♦ Comandante do Corpo de Bombeiros de Baltar, desde 4 de Março de 2009;
- ♦ Comandante em Regime de Substituição do Corpo de Bombeiros Voluntários de Baltar de 21 de Agosto de 2008 a 3 de Março de 2009;
- ♦ 2º Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Baltar de 10 de Setembro de 2006 a 20 de Agosto de 2008;
- ♦ Adjunto de Comando Equiparado do Quadro de Especialistas dos Bombeiros Voluntários de Baltar de 3 de Dezembro de 2002 a 9 de Outubro de 2006;
- ♦ 1º Curso Regional de Assistência e Protecção para Respostas a Emergências Químicas (Pequim Internacional-1), promovido pela Secretaria Técnica da Organização para a Proibição de Armas Químicas e a República Federativa do Brasil, realizado em Brasília, de 25 a 29 de Maio de 2009;
- ♦ Coordenador do Grupo de Transportes e Obras Públicas, do Centro Municipal de Emergência de Protecção Civil – Porto, de Junho de 2003 a Agosto de 2006;
- ♦ Seminário de Alta Direcção – curso realizado pelo Instituto Nacional de Administração – 25 a 29 de Outubro de 2004, duração – 40 horas;
- ♦ Formação para Directores de Heliportos Dedicados a Combate a Incêndios I / Introdução – Curso realizado pelo Instituto Nacional de Aviação Civil – 12 de Abril de 2007;
- ♦ Formação para Directores de Aeródromos I / Introdução – Curso realizado pelo Instituto Nacional de Aviação Civil – 10 de Maio de 2007;
- ♦ Seminário para Directores de Aeródromos e de Heliportos e/ou agentes com responsabilidades na segurança operacional (safety) nos Aeródromos e nos Heliportos – Curso realizado pelo Instituto Nacional de Aviação Civil – 26 de Junho de 2007;
- ♦ Curso de Quadros de Comando
 - Seminário para Novos Quadros de Comando – Seminário promovido pela Escola Nacional de Bombeiros – Torres Vedras – 24 e 25 de Março de 2007;
 - Práticas de Combate a Incêndios – Curso promovido pela Escola Nacional de Bombeiros, de 03 a 07 de Dezembro de 2007, no Centro de Formação de S. João da Madeira;
- ♦ Organização Inicial do Teatro de Operações – Curso promovido pela Escola Nacional de Bombeiros – 28 e 29 de Março de 2007 – 14 horas;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

- ♦ Seminário para Elementos do Quadro de Comando, promovido pelo Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto – 23 de Fevereiro de 2007 – 6 horas”.

Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara que no sábado anterior, aquando da intempérie, tinha estado em Ermesinde, conjuntamente com o Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar, e o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, e com cerca de quarenta funcionários, tendo havido situações graves, nomeadamente chapas que tinham voado, atravessando a rua e caindo numa casa e cortado um poste, o que, disse, se tivesse apanhado alguém, poderia ter sido uma tragédia. Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que todos tinham ajudado no auxílio às populações, quer os Bombeiros, que tinha tido um papel muito importante, quer os funcionários da Câmara que tinham sido extraordinários.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, agradecendo as palavras do Senhores Vereadores relativamente à nomeação do comandante operacional municipal.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente ao Senhor Vereador, Dr. José Miranda, que numa situação anterior, relativamente a uma queixa sobre a abertura de uns orifícios na fachada de um estabelecimento, o Senhor Vereador tinha utilizado o termo “corrupção”, pedindo o Senhor Vice-Presidente que houvesse um pouco de contenção na utilização de determinadas palavras. Disse o Senhor Vice-Presidente que o novo executivo tinha iniciado funções havia quatro meses, havendo vários processos que se tinham arrastado no tempo e que tinham começado por questões de índole racional, mas que tinham adquirido uma grande carga emocional, pelo que, todos os contributos que fossem dados deveriam permitir que os assuntos voltassem a ser racionais. Mais disse o Senhor Vice-Presidente que estava a ser feito um trabalho de levantamento das situações mais problemáticas, de modo a que pudessem ser resolvidas, sendo o caso do estabelecimento localizado na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, em Alfena, um desses casos, onde a Câmara não era parte, mas tinha que assumir as suas responsabilidades e competências, no estrito cumprimento da lei.

Informou o Senhor Vice-Presidente que a questão da abertura de uns buracos na fachada de um estabelecimento em Alfena, levada à Câmara pelos eleitos pelo Partido Socialista com o mesmo contexto e com a mesma aura, estava resolvida, acrescentando o Senhor Vice-Presidente que quando o assunto tinha sido abordado em reunião de câmara, os serviços municipais já tinham actuado.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vice-Presidente, relativamente ao Plano Director Municipal, que na sequência de uma solicitação da Assembleia Municipal, tinha acordado com o Senhor Secretário da Assembleia Municipal que na primeira semana de Abril seria feita uma reunião com o Senhor Professor Dr. Paulo Pinho, propondo que se os Senhores Vereadores participassem nessa reunião.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que se já se tinha esperado sete anos, pelo PDM se poderia esperar mais três semanas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que para o lugar junto ao nó de Transleça, em Alfena, tinha sido aprovado um processo para a construção de um edifício que albergaria a Chronopost, o qual tinha sido licenciado, através da atribuição de estatuto de interesse público municipal, que permitia a construção em zona florestal. Disse o Senhor Vice-Presidente que a obra estava a decorrer e que se extravasasse o que estava licenciado seria ilegal, e que se não tivesse afixada a placa de obra, a fiscalização actuaria. Disse, ainda, que para o local havia também uma proposta de alteração ao Plano Director Municipal, que não estava chumbada, estando a Câmara em conversações com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que em virtude de ter havido eleições autárquicas em 2009, o orçamento e o plano plurianual de actividades poderiam ser aprovados até Abril de 2010, e que até à apresentação daqueles documentos, queria ter uma noção da conta de gerência. Disse o Senhor Vereador que o orçamento era fruto de uma discussão interna entre os vereadores e técnicos, estando subjacente uma filosofia de resolução dos pequenos problemas, sublinhando o Senhor Vereador que o orçamento era realista.

Mais disse o Senhor Vereador que no final daquela reunião acordaria com os Senhores Vereadores um programa de reuniões para a apresentação dos documentos previsionais.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que as obras na escola da Bela teriam a duração de cerca de quatro meses, uma vez que os estragos provocados pelo temporal tinham sido muito profundos. Quanto à escola do Barreiro, disse o Senhor Vereador que o acidente ocorrido com a grua não tinha tido consequências graves, pois tinham sido accionados os planos de segurança aprovados pela Autoridade para as Condições de Trabalho, entidade que tinha estado no local e tomado conta da ocorrência, tendo, num primeiro momento, adiantado que a queda da grua poderia ter sido ocasionada pela cedência da base, devido a uma falha técnica do equipamento que, a dada altura não tinha travado.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, perguntando se já havia informação detalhada sobre as causas do acidente.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que após a queda da grua, as aulas tinham funcionado com a normalidade possível e que durante as férias do Carnaval a situação tinha sido completamente resolvida, tendo sido retirada a grua e reparados os danos havidos no refeitório. Acrescentou o Senhor Vereador que também naquela situação a Câmara tinha actuado de imediato. Quanto à escola da Codiceira, disse o Senhor Vereador que a vedação já estava com alguns problemas, mas que fruto da intempérie do sábado anterior, tinha caído, informando o Senhor Vereador que os funcionários da Câmara iriam proceder à reparação da vedação naquele mesmo dia. Disse, ainda, o Senhor Vereador que tinha havido outras escolas e outros espaços municipais onde devido ao temporal, tinha havido levantamento de telhas e que os funcionários da Câmara estavam a fazer intervenções para resolver os problemas com a maior brevidade. Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que o problema da escola da Cabeda remontava à época em que ele era Presidente da Junta de Freguesia de



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Alfena, tendo solicitado que o logradouro da escola fosse arranjado, de modo a que uma parte ficasse com relva e a outra com piso adequado para as crianças. Disse que as obras tinham iniciado, tendo sido feita a colocação do sistema de rega, mas as condições climáticas não tinham permitido o avançar das obras. Mudando novamente de assunto, disse o Senhor Vereador que o Tribunal de Contas tinha chumbado o processo do concurso da escola da Bela, tendo a Câmara ficado impedida de concorrer a fundos comunitários, porém, disse, tinha havido uma abertura por parte da Junta Metropolitana do Porto, de modo a que as candidaturas que não tinham sido aprovadas fossem candidatas a fundos comunitários, estando a escola da Bela abrangida por aquela situação.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que o Conselho Municipal de Segurança tinha reunido uma vez durante o ano de 2009, no entanto, disse, não tinha tido grande eficácia. Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara que o Conselho Municipal de Educação funcionava muito bem.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.^a Maria José Azevedo**, perguntando qual a razão do Conselho Municipal de Segurança não funcionar bem.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que o Conselho Municipal de Segurança não funcionava bem devido ao tipo de intervenção. Disse o Senhor Presidente da Câmara que iria reunir com o Comandante da Polícia de Ermesinde, devido a situações que se verificavam naquela cidade, no entanto, disse, geralmente a polícia informava que não tinha meios, acrescentando o Senhor Presidente da Câmara que quando havia situações aflitivas, pedia a intervenção da PSP do Porto que enviava para o concelho o corpo de Polícia Especial e que actuava com muita eficácia. Acrescentou o Senhor Presidente da Câmara que estava identificado o indivíduo que vendia droga em Ermesinde, mas que nada era feito para resolver a situação.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.^a Maria José Azevedo**, dizendo que a falta de meios era uma questão crónica do país e da polícia em particular. Disse a Senhora Vereadora que não comentava a situação que se verificava no Conselho Municipal de Segurança de Valongo, em particular mas, disse, os Conselhos Municipais tinham o papel de aconselhar o Presidente da Câmara, numa perspectiva preventiva, havendo situações em matéria de segurança que poderiam e deveriam ser resolvidas a montante, nomeadamente ao nível do Urbanismo, do tipo de construções e iluminação pública, factores decisivos em matéria de planeamento. Mais disse a Senhora Vereadora que se o Conselho Municipal de Segurança não funcionava bem, seria necessário torná-lo eficaz e funcional.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que no mandato anterior o Conselho Municipal de Segurança tinha reunido, mas que não era funcional.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, propondo que o Senhor Presidente da Câmara reunisse o Conselho Municipal de Segurança e alterasse a sua configuração. Disse a Senhora Vereadora que o Conselho Municipal de Segurança era decisivo em matéria de segurança do tecido urbano, pois era multidisciplinar, permitindo a abordagem a áreas que estavam directamente ligadas com a prevenção. Mais disse a Senhora Vereadora que deveria haver uma intervenção a montante, uma vez que a questão do policiamento estava fora das capacidades da Câmara, devendo haver um trabalho articulado tendente a uma maior segurança.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que na maior parte dos Municípios o Conselho Municipal de Segurança não reunia porque não era eficaz. Disse o Senhor Presidente da Câmara que o Conselho Municipal de Segurança reuniria, como sempre tinha reunido, no entanto, aquele órgão não tinha poderes, assim como a Câmara Municipal, que tinha pedido a criação da Polícia Municipal e tal pedido não tinha sido concedido, estando a Câmara à espera que o Governo autorizasse a criação da Polícia Municipal, havia vários anos.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Miranda**, dizendo ao Senhor Vice-Presidente que não tinha medo das palavras, mas sim dos actos, e que era difícil explicar que não houvesse “coisa” no caso do estabelecimento da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, em Alfena. No entanto, disse, tinha deixado uma mensagem de esperança nos serviços da Câmara Municipal. Agradeceu o Senhor Vereador o facto do assunto relativo à abertura de orifícios na fachada de um estabelecimento ter sido resolvido de imediato pelos serviços municipais.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, requerendo que lhe fosse dada informação sobre o processo de Transleça, nomeadamente sobre o resultado dos actos da fiscalização, bem como sobre os dois processos que decorriam para aquele local e cópia das plantas, de forma a verificar se havia sobreposição entre os dois processos.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de um milhão cento e setenta e cinco mil quinhentos e sete euros e vinte e oito cêntimos.



APROVAÇÃO DAS ACTAS

- Acta de 07.01.2010 foi aprovada por maioria

Absteve-se o Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino, por não ter estado presente na reunião.

- Acta de 21.01.2010 foi retirada pelo Senhor Presidente da Câmara, a pedido da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria José Azevedo.

3.1 DIVERSA SINALIZAÇÃO NAS FREGUESIAS DE CAMPO, ERMESINDE, SOBRADO E VALONGO

Presente à Câmara o processo referente ao assunto mencionado em epígrafe, o qual foi objecto da informação técnica n.º 076/SST/2010, de 11 de Fevereiro, prestada pelo Técnico Superior Eng. Delfim Cruz, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar o seguinte:

- 1- Na sequência de solicitações apresentadas pelas respectivas Juntas de Freguesia, Múncipes ou constatação dos técnicos, e após terem sido efectuadas as respectivas análises nos locais, concluiu-se pela importância de implementação de diversa sinalização de forma a contribuir-se para uma maior segurança de todos os que circulam nos locais.
- 2- Nos casos de pedidos efectuados por Múncipes, foram solicitados pareceres às respectivas Juntas de Freguesia, sendo favoráveis.
- 3- Face ao apresentado, propõe-se que a Exma. Câmara delibere aprovar a seguinte sinalização:

Freguesia de Campo

- Colocação de sinal de paragem obrigatória (STOP) na saída da Rua Rio Ferreira para a Rua 25 de Abril;
- Recolocação de dois sentidos de trânsito na Travessa da Chã, tendo em consideração que tem havido diversas exposições, quer de Múncipes quer da Junta de Freguesia, para que sejam repostos os dois sentidos; desde a data de colocação de sentido único já decorreu cerca de meio ano, pelo que pelo tempo já decorrido desde a entrada em funcionamento do Intermarché, os clientes do mesmo, que se dirigem para Valongo, já estarão habituados a seguir pela Rua Alto de Fernandes, o que já não levantará o problema de viragem à esquerda na saída da Rua S. Domingos à Estrada Nacional 15, que era apontado como condicionante pelo EP;

Ermesinde

- Marcação de travessias de peões na Rua Humberto Delgado e Rua da Barreira, nos locais assinalados na planta anexa;

Sobrado

- Colocação de sinalização de aproximação de estrada com prioridade na Rua da Costa, no entroncamento com a Rua Vimara Peres;



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

- Implementação de sentido único na Travessa Infante D. Pedro, sentido Rua Central da Pinguela para a Rua Infante D. Pedro;
- Alteração de sentido proibido para sentido proibido a 50 metros na Rua de Fijós, junto ao entroncamento com a Rua dos Desportos.

Valongo

- Implementação de sentido único na Rua Marques da Rocha, no troço compreendido entre a Rua da Boavista e a Travessa da Boavista, conforme sinalização constante na planta anexa.
- Alteração da localização do sinal de paragem obrigatória (STOP) existente na Rua da Queimada, para a Rua Eduardo Joaquim Reis Figueira (troço sem saída), pelo facto de ter sido interrompida a ligação ao cruzamento com o Alto de Fernandes, (planta anexa).

4- Tem competência para decidir sobre o assunto, a Exma. Câmara, ao abrigo do art.º 32º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada desta Câmara Municipal, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 2 de Agosto de 2007”.

Sobre esta informação recaiu, em 2010.02.15, o acordo do Senhor Director do Departamento de Obras Municipais e Transportes Engº. Valdemar Magalhães de Sousa.

Em 2010.02.17, o Sr. Vereador Dr. Arnaldo Pinto Soares proferiu o seguinte despacho:

“Concordo.

À consideração do Exmo. Presidente da Câmara”.

Em 2010.02.19, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, exarou o seguinte despacho:

“Concordo.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara”.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os eleitos pela Coragem de Mudar não votavam matérias de sinalização e trânsito, pelas razões constantes de uma declaração de não voto apresentada em reunião de Câmara, no entanto, disse, tal declaração não os inibia de intervir e de colocar questões sobre a matéria.

Perguntou o Senhor Vereador se tais processos surgiam por solicitação das Juntas de Freguesia ou se por solicitação de munícipes e se, naquele último caso, eram ouvidas as respectivas juntas de freguesia. Disse o Senhor Vereador que havia um Departamento na Câmara que decidia desenhar em planta o tipo de sinalização a colocar no terreno, sendo a proposta acompanhada pelas plantas. Referiu o Senhor Vereador a situação que se verificava no cruzamento da Rua Marques da Rocha, em Valongo, cruzamento que estava fora do circuito normal de trânsito e que estava sobretudo dedicado aos moradores, e onde a nova orientação de tráfego tinha levado à colocação de seis sinais de trânsito. Acrescentando o Senhor Vereador que também na Rua da Queimada, a sinalização era exagerada.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Apresentou o Senhor Vereador fotografias de sinalização colocada em várias artérias do concelho, nomeadamente de um sinal de proibição de trânsito a pesados, em que, disse, tal sinalização não poderia ser utilizada pois não constava do código da estrada.

Referiu, ainda, o Senhor Vereador a existência de um sinal de trânsito que indicava a existência de estrada com prioridade, referindo que tal sinal não era verdadeiramente um sinal de trânsito, mas sim um diagrama a auxiliar um sinal que indicava qual a estrada com prioridade. Mais disse o Senhor Vereador que os eleitos pela Coragem de Mudar entendiam que a matéria de Regulamento de Trânsito não era da competência exclusiva da Câmara, tendo de ser aprovada pela Assembleia Municipal, o que não se verificava, razão pela qual não votavam processos de sinalização e trânsito.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que o escrutínio que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal podiam fazer relativamente àquela matéria era bem maior do que a mera troca de opiniões entre um técnico da Câmara e as Juntas de Freguesia.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, perguntando se as Juntas de Freguesia tinham sido consultadas relativamente à proposta que estava em discussão, uma vez que, disse, não tinha sido junto ao processo os pareceres daquelas entidades.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que as Juntas de Freguesia eram sempre consultadas relativamente às matérias de sinalização e trânsito.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que era importante conhecer a opinião das Juntas de Freguesia relativamente às matérias de trânsito e sinalização, pois aquelas tinham um conhecimento mais activo daquele tipo de processos, acrescentando que seria importante que dos processos constasse as informações prestadas pelas juntas de freguesia.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que nenhum processo de sinalização e trânsito era presente à Câmara sem que tivesse a concordância da respectiva Junta de Freguesia. Agradeceu o Senhor Vereador os alertas dados pelo Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, relativamente à sinalização colocada em algumas ruas do concelho, dizendo que todas as situações apontadas seriam analisadas. Disse, ainda, o Senhor Vereador que as matérias de trânsito eram essencialmente técnicas e não tanto políticas.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do disposto no artigo 32º do Capítulo VI do Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada, por **unanimidade**, aprovar as propostas de sinalização vertical e horizontal, elaboradas para os diversos arruamentos das Freguesias de Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo, nos termos propostos na supracitada informação e plantas anexas, bem como a colocação e implementação da respectiva sinalização, nos termos propostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Não participaram na votação os eleitos pela Coragem de Mudar, Dr.^a Maria José Azevedo e Dr. José Pedro Panzina, pelas razões invocadas na declaração prévia apresentada na reunião de Câmara de 27 de Novembro de 2009.

4.1 AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA DO EDIFÍCIO DA SEDE SOCIAL E ACTIVIDADES CULTURAIS DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA E CULTURAL DE ERMESINDE

Presente à Câmara Municipal a informação nº 12/DPGU/2010 de 26.02.2010, do Sr. Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, Arquitecto Vítor Manuel Santos de Sá, do teor seguinte:

«1 - A Associação Académica e Cultural de Ermesinde, veio solicitar ao Município, na pessoa do Exm.º Sr. Presidente da Câmara, apoio para a elaboração do projecto de arquitectura do edifício destinado à sua sede social e ao funcionamento de actividades culturais que desenvolve.

2 - Considerando que a citada Associação prossegue fins de manifesto interesse público, reconhecido por despacho do Exm.º Sr. Primeiro-Ministro n.º 31272/2008, de 25.11.2008, como pessoa colectiva de utilidade pública.

3 - Considerando que esta Associação tem vindo a exercer a sua actividade na freguesia de Ermesinde, afirmando-se como uma das mais intervenientes ao nível cultural, promovendo espectáculos temáticos uma vez por mês.

Possui ainda um grupo de orfeão, um grupo coral juvenil, um grupo de fados, um grupo de teatro, um grupo de música tradicional portuguesa; um grupo de cantares e ainda escolas de dança, música com ensino dos seguintes instrumentos:

- Viola clássica;
- Viola eléctrica;
- Guitarra clássica;
- Órgão;
- Piano;
- Violino.

4 - Considerando que em sede de reunião do órgão colegial da Câmara de 15.07.2009 foi deliberado autorizar o pedido de apoio para efeitos de criação de instalações da Associação Académica e Cultural de Ermesinde, através da constituição de direito de superfície sobre três prédios urbanos sitos na Rua Padre Américo, n.ºs 124, 130 e 136, em Ermesinde, inscritos na respectiva matriz sob os artigos 10105, 10106 e 10107, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

5 - Considerando que nos termos do art.º 64º, n.º 4 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos, legalmente existentes que no município prossigam fins de interesse municipal. E, conforme dispõe o art.º 2 do regulamento para a concessão de apoios às entidades e organismos que prossigam no concelho fins de interesse público, as formas de apoio podem consistir na concessão de subsídios financeiros ou noutros tipos de prestação através dos serviços próprios da Câmara Municipal.

6 - Considerando que a referida Associação prossegue um fim que se reveste de manifesto interesse público, proponho que seja autorizada a elaboração do projecto de arquitectura, e que o mesmo seja executado pelo Sr. Arqt.º João Paulo Adolfo Barbosa, técnico desta Autarquia e a exercer funções no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística no Sector de Planeamento.

7 - Tem competência para decidir sobre assunto a Exm.ª Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 4, art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.»

Sobre esta informação recaiu o despacho do Exm.º Sr. Presidente da Câmara, com o seguinte teor:

«Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.»

Interviu a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que era conhecida a actividade da Associação Académica de Ermesinde, no entanto, disse, havia formalismos que deveriam ser cumpridos, pois do processo não constava o plano de actividades da associação, a constituição dos seus órgãos, nem qualquer pedido escrito da associação para que a Câmara elaborasse o projecto do edifício.

Disse a Senhora Vereadora que a Câmara já tinha concedido àquela associação o direito de superfície de vários edifícios, propondo que tais apoios fossem contabilizados, sob pena de ser dito que a Câmara Municipal não apoiava as associações do concelho. Mais disse a Senhora Vereadora que os subsídios não eram a única forma de apoio às associações, pois a elaboração de projectos também o era e acarretava custos para o Município.

Interviu o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que havia um regime legal que inibia os membros da Câmara de tomarem posição em relação a matérias onde havia interesse directo de pessoas que tivessem um certo tipo de relação com os decisores. No entanto, disse, do processo não constava a relação dos membros dos órgãos sociais da associação, podendo ele, porventura estar impedido de votar o processo.

Interviu o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a constituição dos órgãos da associação não constavam do processo, uma vez que se tratava de um apoio pontual enquadrado no artigo 7.º, n.º 4, do regulamento para a concessão de apoios a entidades e organismos que prossigam no concelho fins de interesse público, que estabelecia que na concessão daquele tipo de apoios era dispensada a apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento do ano em que era requerido o



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

subsídio, bem como a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades relativos ao ano imediatamente anterior. Disse o Senhor Vice-Presidente que estava de acordo com o que havia sido dito pela Senhora Vereadora, Dr.^a Maria José Azevedo, relativamente aos apoios concedidos às associações, informando que a Câmara estava a preparar instrumentos de controlo e gestão, nomeadamente no que dizia respeito à relação com as associações culturais e desportivas, sendo política do executivo fazer menos com melhor qualidade. Disse o Senhor Vice-Presidente que a Câmara teria de fazer uma avaliação clara e objectiva dos apoios não financeiros dados às associações, nomeadamente cedência de espaços, de modo a fazer uma correcta avaliação dos custos e introduzir mais justiça na relação com as associações.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado por **unanimidade**, autorizar a elaboração do projecto de arquitectura do edifício da sede social e actividades culturais da Associação Académica e Cultural de Ermesinde.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, colocando à votação um Voto de Pesar pelas vítimas da intempérie que tinha assolado a Madeira. Propôs o Senhor Presidente da Câmara que o voto de pesar fosse extensivo a todos aqueles que tinham sofrido danos pessoais e materiais em virtude do temporal que tinha assolado o país no fim de semana anterior, particularmente no concelho de Paredes, em que tinha morrido uma criança, assim como às vítimas do terramoto que tinha abalado o Chile.

Aprovado por **unanimidade**.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Interveio o munícipe, Senhor **António Albano**, dizendo que tinha solicitado alguns esclarecimentos junto do Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, Arquitecto Vítor Sá, que sempre tinha sido muito prestável e que de uma forma muito profissional sempre tinha colaborado no processo do estabelecimento “Último doce” que, a partir do ano de 2006, tinha começado a decorrer com maior celeridade culminando com a posse administrativa por parte do Município de Valongo do estabelecimento. Disse que o advogado do proprietário do estabelecimento, Dr. Alberto Neto, tinha apresentado uma providência cautelar junto do Tribunal Administrativo de Penafiel, com o objectivo de parar o processo de posse administrativa da Câmara, e que nesse processo o advogado tinha mentido, ao referir que a fracção onde estava instalado o estabelecimento destinava-se a indústria. Disse que, por lapso dos serviços da Câmara, tinha sido declarado que a fracção se destinava a indústria, tendo tal situação sido posteriormente corrigida, uma vez que a fracção estava licenciada para comércio e serviços. Disse que a providência cautelar tinha sido julgada improcedente pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel e que a Câmara tinha despoletado um processo de posse administrativa do imóvel tendo, porém, os



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

proprietários do estabelecimento mudado as fechaduras das portas, continuando com a laboração. Disse, ainda, que nessa sequência, a Câmara Municipal tinha apresentado queixa no Tribunal de Valongo, tendo os proprietários do estabelecimento sido condenados por crime de desobediência qualificada, não tendo havido recurso da sentença. Porém, disse, os proprietários tinham voltado a abrir o estabelecimento ao público, e que perante aquela situação, o Senhor Presidente da Câmara tinha mandado cortar o fornecimento da água e da luz, tendo o estabelecimento estado fechado durante um ano. Perguntou o Senhor Munícipe como era possível que em nove anos o estabelecimento tivesse tido quatro contra-ordenações e que dos quatro processos, um tinha sido perdido em Tribunal, o outro arquivado pela Câmara Municipal e dois estavam em cobrança coerciva.

Mais referiu que, posteriormente, os proprietários do estabelecimento tinham apresentado na Câmara um processo de licenciamento do estabelecimento e que no dia 17 de Dezembro de 2009, uma viatura da Câmara tinha-se deslocado ao estabelecimento, julgando ele que seriam fiscais da Câmara para verificarem o andamento das obras, tendo depois sido informado pelo Senhor Director do DPGU que quem tinha estado no estabelecimento tinha sido o Senhor Eng.º Pedro Coelho, o qual tinha informado os proprietários que não poderiam abrir o estabelecimento ao público. Disse que os proprietários tinham tentando pressionar o Senhor Presidente da Câmara no sentido de ser autorizada a abertura do estabelecimento, tendo-lhes sido transmitido pelo Gabinete da Presidência que não haveria lugar a autorizações de qualquer espécie. Porém, disse, desde o dia 19 de Dezembro de 2009, o estabelecimento estava aberto ao público, desrespeitando a Câmara. Mais disse o Senhor Munícipe que não queria utilizar o termo “corrupção”, pois sabia que havia meios legais para emperrar o processo, no entanto, aquela situação cansava, pois a Câmara estava legitimada pelo Tribunal como detentora da posse administrativa do imóvel, e que depois de ter havido uma ordem do Senhor Presidente da Câmara para se proceder ao corte da água e energia eléctrica, o advogado do proprietário tinha apresentado uma providência cautelar tendente ao cancelamento do acto administrativo. Disse que a Câmara tinha dado três dias para que o estabelecimento encerrasse, tendo-lhe sido comunicada tal decisão em 09 de Fevereiro (tendo no entanto, havido um lapso dos serviços na colocação da data, em vez uma vez que o ofício que lhe tinha sido enviado pela Directora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa estava datado de 09 de Janeiro) e que, posteriormente, tinham-lhe transmitido que tinha sido solicitado o corte de energia eléctrica e da água ao estabelecimento, no entanto, disse, até aquela data nada havia sido feito, e os proprietários do estabelecimento continuavam a rir-se dos condóminos e da Câmara.

Perguntou o Senhor Munícipe qual seria a atitude da Câmara Municipal se houvesse algum acidente, pois o prédio estava rachado nas fracções por cima do Pão Quente e havia muitas infiltrações.

Alertou o Senhor Munícipe que à data da posse administrativa do imóvel havia uma potência de luz contratada do dobro da potência permitida para prédios urbanos, pedindo atenção para aquela situação. Mais disse que era militante do PSD, e que sempre tinha defendido os representantes do seu Partido na Câmara Municipal junto do condomínio do prédio, informando as pessoas que havia regras administrativas a cumprir e que a Câmara tinha departamentos onde as informações tinham que passar, no entanto, disse, estava cansado de defender o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo, porque as pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

passavam por ele e liam-lhe o ofício assinado pela Senhora Directora do DAGMA, que dizia que tinha sido solicitado à EDP e à VEOLIA o corte de energia eléctrica e diziam-lhe que ele era igual aos políticos.

Disse que reiterava a confiança no Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar, que conhecia e sabia quais as suas capacidades, pedindo que a Câmara andasse com o processo pois, disse, não queria acreditar que houvesse alguém a travar o processo, acreditando que tudo se resolveria com celeridade. Pediu que compreendessem a posição dos condóminos, que não percebiam a razão de ter sido apresentada uma providência cautelar para suspensão de um acto.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que após a tomada de posse administrativa da fracção, a Câmara tinha dado as chaves do estabelecimento ao proprietário para que aquele fizesse obras. Porém, disse, o proprietário do estabelecimento tinha feito uma utilização abusiva, pois após a realização das obras, tinha aberto o estabelecimento ao público. Disse o Senhor Vice-Presidente que perante aquela situação, o Serviço de Fiscalização e Polícia tinha comunicado ao Ministério Público o crime de desobediência qualificada tendo também sido determinado o corte da água e da electricidade. Mais disse o Senhor Vice-Presidente que a Câmara tinha recebido uma cópia da providência cautelar apresentada junto do Tribunal, tendo o Gabinete Jurídico julgado que tal providência cautelar não seria aceite pelo Tribunal, no entanto, disse, posteriormente a Câmara tinha sido formalmente notificada pelo Tribunal para proceder à interrupção das ordens de corte de fornecimento de água e energia eléctrica.

Disse o Senhor Vice-Presidente que o mesmo Tribunal que tinha dado razão à Câmara Municipal num processo anterior e que lhe tinha dado a guarda da fracção e permitido o corte de água e de electricidade, tinha aceite uma providência cautelar que ia contra a decisão proferida por aquele mesmo Tribunal. Informou o Senhor Vice-Presidente que tendo em conta o expediente habilidoso usado pelo advogado dos proprietários, tinha sido marcada a tomada de posse administrativa do estabelecimento para o dia 16 de Março, pelas 9h30.

Disse o Senhor Vice-Presidente que o processo não era fácil e que compreendia os moradores que viviam o problema havia vários anos, e que tinham uma sensibilidade diferente da dele, que tinha sido confrontado com o processo em finais de Novembro de 2009.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que de forma a salvaguardar os direitos de todos e garantir que os direitos de uns não interferiam nos direitos dos outros, tinha de se presumir que as pessoas e as entidades estavam de boa fé e tinham por objectivo o interesse público.

Disse, ainda, o Senhor Vice-Presidente que os proprietários do estabelecimento tinham utilizado ferramentas legais que, em sua opinião, eram de ética duvidosa e que perante os factos, a Câmara tinha ordenado a posse administrativa da fracção para o dia 16 de Março, acrescentando que enquanto não estivesse licenciada, a Câmara não permitiria o seu funcionamento. Acrescentou o Senhor Vice-Presidente que esperava que não fosse usado mais um instrumento legal que impedisse a Câmara de tomar posse do estabelecimento e de fazer cumprir a legalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o munícipe, Senhor **Celestino Marques Neves**, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o PUCCA de Alfena, uma vez que após ter estado na reunião pública da Câmara realizada em Janeiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfena, Dr. Rogério Palhau, tinha-o informado que a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara estava errada.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que o Senhor Munícipe não estava inscrito para falar sobre o PUCCA de Alfena, e que ele não estava preparado para responder a questões sobre aquele processo.

Interveio o munícipe, Senhor **Celestino Marques Neves**, dizendo que tinha apresentado à Câmara uma proposta de alteração do ao artigo 6.º do Regimento da Câmara, tendo sido informado por escrito pelos Serviços da Câmara que tinha sido criada uma comissão para revisão do regimento, perguntando o Senhor Munícipe qual era o âmbito de actuação da comissão e qual o período em que iria trabalhar, pois considerava que era importante alterar a redacção do artigo 6.º do Regimento da Câmara, que quartava a possibilidade dos municípios intervirem em situações de interesse público que surgissem no âmbito da reunião da Câmara.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que naquela reunião de Câmara tinha sido apresentada uma questão por um Senhor Munícipe, que tinha sido amplamente desenvolvida, o que contrariava o que havia sido dito pelo senhor munícipe, Celestino Neves. Informou o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido nomeada uma comissão, composta por três membros da Câmara, para fazer um novo Regimento da Câmara, o qual abordaria a questão das intervenções do público.

Interveio o munícipe, Senhor **Celestino Marques Neves**, dizendo que tinha apresentado um pedido relativamente à proposta de alteração do regimento da Câmara Municipal que tinha apresentado, tendo sido informado que o assunto estava a ser tratado no âmbito de uma comissão, no entanto, disse, tal informação tinha-lhe sido transmitida e enviada pelo correio, quando poderia ter sido dada por e-mail, tendo recebido a resposta a meio do decurso dos cinco dias úteis, impedindo-o de fazer novo pedido de intervenção na reunião de Câmara sobre outro assunto, acrescentando que não tinha havido boa fé dos serviços. Mais disse que havia muita urgência na alteração do artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal e que em 2005 tinha havido uma declaração de voto dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista contra aquele artigo 6.º que disse, quartava a liberdade aos municípios que tinham interesse em levar à Câmara Municipal assuntos importantes.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a Câmara tinha decidido que ele, o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina e o Senhor Vereador, Dr. Luís Catarino, iriam proceder às alterações ao Regimento da Câmara, e não exclusivamente ao artigo 6.º. Disse o Senhor Vice-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS — CATEGORIA AMBIENTE

que era premente a apresentação do Orçamento e Plano Plurianual da Actividades e dos regulamentos e tabelas de taxas, pois havia prazos a cumprir, acrescentando que logo que aquelas matérias fossem votadas, seria iniciada a revisão do regimento da Câmara Municipal.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar ,foi encerrada a reunião quando eram onze e quarenta e cinco minutos.

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada por mim, directora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira.